

Semanário Informativo

# Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 35 | Junho - 2018



## FICHA TÉCNICA

**PROPRIEDADE**  
Autoridade Tributária de Moçambique

**PRESIDENTE**  
Amélia Muendane Nakhare

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

**DIRECTORA**  
Natércia Manhenje

**COORDENADOR EDITORIAL**  
Fénias Zimba

**REDACÇÃO**  
Fénias Zimba, Ricardo Nhantumbo

**COLABORAÇÃO**  
César Sucute, Arnaldo Teimoso, António Camacho, José Massaruge, Elísio Massangaie, Valerdina Manhonga, Ana Merciana, Belton Impula, Bruno Laranjeira, Fadil Ismael, Pio Cassicasse, Benjamim Domingos, Benedícia Chau

**REVISÃO**  
Bernardino Manhaussane, Natércia Manhenje

**FOTOGRAFIA**  
Jordão Mabote

**MAQUETIZAÇÃO**  
Benedito Chivure

**IMPRESSÃO**  
Grupo We Change

# Aprimoramento da JUE debatido em retiro

## Na Província de Gaza

# Melhoria da JUE debatida no retiro tripartido

*Por: Fenias Zimba*

Com objectivo de discutir aspectos relativos à melhoria do funcionamento do sistema da Janela Única Electrónica (JUE), e, conseqüente, melhoria do ambiente de trabalho, decorreu, de 15 à 17 de Junho corrente, em Chidenguele, Distrito de Manjacaze, Província de Gaza, o retiro tripartido envolvendo a Autoridade Tributária de Moçambique (AT), a Mozambique Community Network (MCNet) e a Kudumba. O evento contou, para além de quadros das instituições acima referenciadas, com a participação do sector privado, Câmara dos Despachantes Aduaneiros e demais convidados.

Falando na ocasião, o Director Geral das Alfândegas, Aly Mallá, reiterou o compromisso que a autoridade aduaneira tem no tocante ao melhoramento do processo de desembaraço aduaneiro de mercadorias, através do sistema de Janela Única. Para Mallá, a realização dos retiros é uma forma que a DGA encontrou para juntar, no mesmo espaço, todos os intervenientes deste processo, e, de forma conjunta, reflectirem sobre os constrangimentos que enfrentam no exercício das actividades das alfândegas, bem como perspectivar acções futuras desta plataforma de desembaraço aduaneiro electrónico.

*“Esta é uma oportunidade para podermos emitir as nossas contribuições, apresentar dúvidas, e colher os esclarecimentos necessários dos que estão mais familiarizados com o sistema JUE”,* avançou

No outro desenvolvimento, o DGA referiu que, no que concerne a abrangência destes encontros, verifica-se uma evolução de ano para ano, pois, a instituição que dirige tudo tem feito para incluir todos intervenientes ou partes interessadas neste processo. O dirigente sustenta a sua posição afirmando que, se por um lado, a primeira edição realizada em Bilene, contou apenas com os quadros da instituição, e a segunda, ocorrida na cidade da Beira, juntou funcionários da alfândega e quadros da MCNet, por outro, esta contou com a



participação de outro parceiro, a KUDUMBA. O Presidente do Conselho de Administração da MCNet, Rogério Samo Gudo, instado a se pronunciar sobre o encontro, destacou o desprendimento entre os participantes no que as matérias em discussão dizem respeito. No seu entender, esta grande evolução no nível de debate, em torno da JUE, trazida no plenário, individualmente como colectivamente, de per si, justifica o trabalho aturado que se fez nas duas primeiras edições, com o objectivo de melhorar o funcionamento da JUE.

Para a representante da KUDUMBA, participante estreado destes encontros, a participação no retiro foi uma ocasião para partilha de problemas encontrados na operacionalização da JUE, bem como discutir as possíveis soluções para o melhoramento desta plataforma. Refira-se que foi matéria de debate neste Retiro, o papel dos investimentos da JUE, o papel do Gestor na JUE, Desmantelamento do TIMS, Termo de Compromisso para Importação, Procedimentos de Marcação de Combustíveis, entre outros.



## Na visita à Janela Única Electrónica

# Adriano Maleiane insta à direcção para maior produtividade



O Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, procedeu na manhã desta terça-feira, 19 de Maio, uma visita às instalações da empresa Mozambique Community Network, SA (MCNet). A visita que tinha como objectivo inteirar-se do funcionamento daquela empresa, provedora dos serviços da Janela Única Electrónica (JUE).

Durante a visita, o Ministro, acompanhado pelos membros do Conselho de Administração desta Empresa, percorreu vários sectores chave desta empresa, onde recebeu explicação sobre diversas actividades relativas aos passos a seguir no

desembarço aduaneiro das mercadorias, através da JUE; do fluxo de transferência de valores colectados através da JUE para a Conta Única de Tesouro (CUT); do processo de Gestão de Relatórios da JUE, bem como dos aspectos de segurança que garantem o funcionamento pleno do sistema da Mcnet, em caso de oscilação da corrente eléctrica. No âmbito do melhoramento da JUE, o Ministro das Finanças ficou a saber das inovações que estão sendo implementadas com o objectivo de melhorar o sistema, destacando-se entre elas, a introdução do SPAGO BI, uma ferramenta de business intelligence que permite a gestão de relatórios, acedidas a partir do computador ou

outros dispositivos móveis, desde que tenha acesso a internet.

Em jeito de balanço, Maleiane congratulou a MCNet pela estrutura tecnológica que dispõe, e desafiou os membros do Conselho de Administração a conferir cada vez mais, maior eficácia e eficiência ao sistema, pois, no seu entender, o investimento feito pela Empresa, em equipamento e Recursos Humanos, tem o seu valor acrescido quando traduzido na simplificação dos processos tendentes a redução do tempo de espera para os operadores. REDACÇÃO



## AT acolhe palestra sobre benefícios fiscais



O Director Geral das Alfândegas, Aly Mallá, afirmou que, para a Autoridade Tributária (AT) é impreterível a quantificação dos efeitos directos e indirectos, decorrentes da concessão dos benefícios fiscais. Mallá fez esses pronunciamentos a 18 de Junho último, em Maputo, a margem da realização de uma palestra subordinada ao tema: “Benefícios Fiscais no Âmbito do Investimento Directo Estrangeiro e Nacional”. A palestra dirigida aos funcionários das instituições e ao público, no geral, teve como orador Lourenço Sambo, Director Geral da Agência de Promoção, Importação e Exportação (APIEX).

Segundo Mallá, que falava em representação da Presidente da AT, para o alcance desse desiderato, urge a necessidade da criação de uma base de dados e troca de informações entre os diversos stakeholders, no que concerne aos registos dos projectos, localização, valor de investimento, período de recuperação do investimento, despesa fiscal, impostos pagos, postos de trabalhos, remunerações pagas, entre outros.

Lourenço Sambo abordou, entre vários aspectos, os incentivos ao investimento, a evolução e projecção do investimento

aprovado, os benefícios fiscais como factor de atracção de investimento.

Sambo frisou que a isenção de Direitos Aduaneiros e do IVA, na importação de equipamentos, peças e acessórios constantes da classe K da Pauta Aduaneira, bem como a redução de taxa do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), Crédito Fiscal por Investimento, as Amortizações e Reintegrações Aceleradas e Diferimento do Pagamento do IRPC são os principais Incentivos Fiscais para a promoção do investimento directo estrangeiro e nacional que a Lei concede aos investidores.



Um dos pontos que levantou debate intenso é o real impacto que estes benefícios têm para a economia nacional, pois, se por um lado, existe uma corrente que advoga a sua redução ou revogação sob fundamento de que a despesa fiscal associada aos benefícios fiscais supera os ganhos, por outro, há os que defendem a sua manutenção, considerando esta política como um dos mecanismos para compensar a ausência de infra-estrutura no país, e desta forma viabilizar os investimentos, sobretudo nas zonas recônditas.

Alguns participantes defendem a necessidade da renegociação dos contratos com alguns grandes projectos, por acreditarem que a Lei abre espaço para o efeito.

De referir que a AT tem promovido palestras versando sobre diversos temas, sendo que esta



*Aly Mallá*  
Director Geral das Alfândegas



*Lourenço Sambo*  
Director Geral da APIEX

se enquadra nas acções do estudo em curso com vista à revisão da Leis sobre os benefícios

fiscais. REDACÇÃO



## No âmbito do desenvolvimento do capital humano

# Funcionários da AT capacitados em Mandarin

Por: Ricardo Nhantumbo



Inicio no pretérito dia 13 de Junho, em Maputo, a formação de funcionários da Autoridade Tributária de Moçambique em Mandarin, no âmbito da intensificação de acções de fiscalização de facturação em sede do IVA, levadas a cabo pela administração tributária, desde o segundo semestre do ano transacto.

A formação, com duração de três meses, é ministrada pelo Instituto Confúcio da Universidade Eduardo Mondlane, vocacionada para o ensino da cultura e língua chinesa em Moçambique e, nesta primeira fase, envolve 80 funcionários, de equipas de reforço de fiscalização de nível central, devendo abranger funcionários de outros pontos do país, num futuro próximo.

De acordo com Venâncio Francisco, Director Geral de Serviços Comuns, que dirigiu a cerimónia de abertura, nos últimos três anos, a República Popular da China tornou-se o país com mais investimentos aprovados em Moçambique, tendo, durante o período, manifestado a intenção de investir em outros projectos empresariais para diferentes sectores e regiões do país, num valor global de pouco mais de 690 milhões de dólares americanos.

Segundo ele, esse cenário coloca vários desafios à autoridade fiscal e aduaneira, sendo um deles, a comunicação. *“A formação das equipas de fiscalização que hoje inicia, visa responder a este desafio e tem como objectivo fundamental, dotar os participantes de competências de comunicação com vista ao melhoramento da*

*relação entre a administração tributária e os contribuintes de nacionalidade chinesa que se encontram a exercer as suas actividades no país”*, enfatizou Venâncio.

Numa outra abordagem, a fonte que temos vindo a citar, realçou que a história mostra que a República Popular da China é um dos parceiros estratégico de Moçambique, não só pelos acordos de cooperação, que enaltecem os laços de irmandade, mas também porque a China tem fomentado iniciativas empresariais através da disponibilização de recursos para o financiamento de projectos de investimento.

Ao terminar, Venâncio Francisco disse estar ciente que o capital humano é o activo mais importante para o sucesso das organizações,

por isso, a AT prioriza a formação de funcionários nas várias vertentes do saber, com o objectivo de melhorar a eficiência institucional e maximizar a cobrança dos impostos.

Refira-se que com a abundância de recursos naturais no país, aliadas às recentes descobertas de recursos minerais estratégicos, coloca Moçambique na rota de um dos destinos mais privilegiado de investidores estrangeiros, mas também de profissionais de várias nacionalidades que buscam oportunidades de trabalho, emprego e de negócios.

Por seu turno, os representantes do Instituto

Confúcio da Universidade Eduardo Mondlane, afirmaram estarem aptos para tudo fazerem, no sentido de os participantes saírem da formação com conhecimentos básicos de Mandarim, que permitir-lhes-á desempenhar de forma eficaz e eficiente o trabalho de fiscalização, de uma forma geral, e em particular, no contacto com os cidadãos chineses em qualquer canto do Mundo.

Por outro lado, deram a conhecer que o Instituto conta actualmente com 13 centros de formação, em todo o país e, foi estabelecido em Moçambique, em 2012, tendo já colocado à disposição do mercado 4600 estudantes.🌱



Venâncio Francisco  
Director Geral dos Serviços Comuns



**Pagar Impostos**  
e taxas contribui para  
o **desenvolvimento** do município e do país

*Em Maputo***AT organiza seminário sobre Operador Económico Autorizado***Por: Fenias Zimba*

Com objectivo de harmonizar os processos de trabalho com diversos sectores envolvidos no comércio externo, bem como elevar o nível de confiança no relacionamento entre operadores económicos e a Autoridade Tributária, realizou-se, no dia 07 de Junho, em Maputo, um seminário sobre Operador Económico Autorizado (OEA).

O evento organizado em parceria com a USAID-SPEED Plus, foi dirigido pelo Director Geral das Alfândegas, Aly Mallá, na presença de detentores do Certificado de OEA, Despachantes Aduaneiros, Agentes Económicos, funcionários das Alfândegas, e demais convidados.

A figura de Operador Económico Autorizado, criada através do Diploma Ministerial Nº 314/2012 de 23 de Novembro, representa uma pessoa jurídica que, no âmbito da sua actividade profissional e após avaliação do cumprimento das condições e critérios estabelecidos pela administração aduaneira, é considerada um operador fiável e de confiança. Esta figura surge da necessidade de aplicar medidas de segurança mais rigorosas e eficazes

na facilitação do fluxo das mercadorias no comércio internacional, respondendo, deste modo, algumas iniciativas internacionais nomeadamente o quadro Normativo de Segurança e a Facilitação do Comércio Global (SAFE) da Organização Mundial das Alfândegas. O Director Geral das Alfândegas, falando na ocasião, referiu que a realização do seminário enquadra-se na campanha que a instituição tem levado a cabo para impulsionar a actividade comercial no país.

Mallá referiu ainda que a realização do seminário permitirá o incremento do número dos OEA a aceder a este estatuto, que proporciona ao operador, benefícios directos e indirectos, os quais fazem diferença nas operações do dia-a-dia.

Alguns participantes que interviram durante o seminário, sobretudo aqueles que já são Operadores Económicos Autorizados, mostraram-se satisfeitos com a criação desta figura, apesar de, segundo eles, existirem aspectos por melhorar.

A ilegitimidade dos candidatos a OEA restringe-se ao cumprimento de algumas condições, tais como o cumprimento das obrigações fiscais e aduaneiras, sistema satisfatório de gestão dos registos comerciais, solvabilidade financeira, e a aprovação na vistoria e inspecção.

Refira-se que são impedidos de aceder a este estatuto, aqueles que foram condenados a pena de prisão por crimes financeiros ou tributários, que tenham processos de falência em curso, os que possuem exercício de cargo ou funções em conflito com atribuições do OEA, entres outros.



*Aly Mallá  
Director Geral das Alfândegas*



## Zambézia acolhe seminário sobre os acordos de parceria económica entre SADC-UE

Por: *Benjamim Domingos*



Com o objectivo de criar maior divulgação, bem como capacitar os funcionários da instituição em matéria de Regras de Origens relativas aos Acordos de Parceria Económica (APE) entre a SADC e a União Europeia, a Cidade de Quelimane, na província da Zambézia, acolheu recentemente o Seminário Sobre a Divulgação dos Acordos. No evento, discutiu-se entre vários aspectos, os Acordos de Parceria Económica (APE) entre a SADC-UE, Regras de Origem, Regras de Origem da SADC, Sistemas Preferenciais Generalizados (GSP).

Para além dos funcionários da Autoridade Tributária da Delegação Provincial da Zambézia, o evento contou com a participação de grupos alvo, dos quais se destacaram membros do Conselho Empresarial Provincial, Despachantes Aduaneiros e Agentes Transitários, Funcionários da Direcção Provincial da Indústria e Comércio, Agricultura e Segurança Alimentar, Cultura e Turismo, entre outros.

Suzana Raimundo, directora adjunta do Gabinete de Planos, Estudos e Cooperação Internacional, falando na qualidade de oradora do Seminário, disse que o evento enquadrava-se nos esforços do governo e da Autoridade

Tributária, em disseminar os acordos comerciais que Moçambique ractificara, conferindo, deste modo, aos funcionários e agentes económicos, conhecimento sobre as matérias que norteiam esses acordos.

No seu entender, urge a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre estes acordos, para melhor alavancar o comércio internacional, com particular destaque para o mercado europeu.

Por seu turno, Ilcer Doce, chefe da Divisão das Regras de Origem na DGA, realçou que

para conferir legitimidade as transações efectuadas nos mercados em alusão, no âmbito da facilitação do comércio, há que se ter em atenção e acautelar os ditames dos acordos, no que aos Certificados de Origem, diz respeito.

Herculano Cintura, Delegado Provincial da AT-Zambézia, considerou o momento como uma oportunidade para os presentes trocarem experiências, e, junto aos oradores, clarificarem as dúvidas existentes sobre essas matérias. *“Feito isto, estaremos aptos em crescer e melhorarmos as condições de negócios nos mercados supracitados”, terminou.*





## Um olhar Fiscal pelas províncias

### Manica

#### Dia Internacional da Função Pública

A AT participou nas cerimónias provinciais alusivas ao Dia Internacional da Função Pública. As celebrações decorreram num ambiente de festa e de muita euforia por parte dos funcionários.

Destacar elogios endereçados por SEXA Governador da Província de Manica, Alberto Ricardo Mondlane, à Autoridade Tributária de Moçambique pelo trabalho que tem feito para garantir o funcionamento do Governo.

### Sofala

#### DGA na Beira

A Delegação de Sofala recebeu, no passado dia 22, a visita de monitoria do Exmo Sr. Director Geral das Alfândegas à Beira. Reuniões com Agentes Económicos, Despachantes Aduaneiros, Agentes Transitários, Directores Provinciais das Alfândegas de Sofala, Tete, Manica e Zambézia, funcionários no geral da AT para além do encontro de cortesia com o Exmo Sr. Director Provincial de Economia e Finanças marcaram a agenda do Director Geral das

Alfândegas.

### Na Zambézia

#### PR visita a Província da Zambézia

Presidente da República visitou, recentemente, a província da Zambézia. Durante 3 dias o PR visitou os distritos de Mulevala, Namaroi, Mulumbo e Milange.

Na hora do balanço o PR enalteceu as actividades desenvolvidas na província e orientou para que todas as instituições produzam um plano de combate à corrupção nos sectores. O PR instou as autoridades de fronteira a controlarem a circulação do Kwacha malawiano que tem sido usado, principalmente, na compra de produtos agrícolas.

### Tete

Autoridade Tributária de Moçambique e a Malawi Revenue Authority (MRA) trabalharam, no dia 20 de Junho de 2018, nas fronteiras de Zóbwè (em Moçambique) - Mwanza (em Malawi) e Calómuè (em Moçambique) - Dedza (em Malawi).

As visitas às fronteiras inserem-se nas

actividades de verificação e avaliação das condições infra-estruturais existentes no terreno com vista ao projecto de criação de postos de fronteira de paragem única entre os dois países.

Referir que a AT esteve representada por uma brigada chefiada pela Directora Adjunta de Cooperação Internacional, Susana Raimundo, e a MRA, por uma brigada dirigida pelo Comissário Geral Executivo, Fatch Valeta.

### Inhambane



Entrega de Pastas ao Novo Delegado da AT da Província de Inhambane Jorge Cossa (antecessor, à esquerda) e José Cumbe (novo delegado)

#### Caro Agente económico...

Assegure-se sempre de que, em todas as suas transacções comerciais, **os preços são correctamente afixados**, ou seja, que incluem o Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), certifique-se igualmente de que são emitidas as respectivas facturas, talões de vendas ou documentos equivalentes...

Faça a sua parte e contribua para o desenvolvimento do país.



DE MOÇAMBIQUE  
TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE

# Moçambique precisa do **Imposto** para alcançar **Independência** económica

Feliz dia da Independência



25 Junho

**A Luta Continua!**





## Missão

Arrecadar receitas, de forma justa e transparente, para financiamento da despesa pública e proteger a economia e a sociedade

## Visão

Ser referência internacional na arrecadação de receitas e prestação de serviços tributários

## Valores

Legalidade, Eficiência e Integridade (LEI)



TODOS JUNTOS FAZEMOS MOÇAMBIQUE